



AGENDA ESTRATÉGICA

DO PACTO PELO PECÉM



AGENDA ESTRATÉGICA

DO PACTO PELO PECÉM



AGENDA ESTRATÉGICA DOPACTO PELO PECÉM

Coordenação do Pacto Pelo Pecém

Hugo Santana de Figueirêdo Júnior

Diretor Presidente da CIPP S.A.

Conselho Gestor Provisório do CIPP

Governo do Estado do Ceará

Maximiliano Cesar Pedrosa Quintino de Medeiros

Secretário Chefe da Casa Civil

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Evandro Sá Barreto Leitão

Presidente da Alece

Prefeitura Municipal de Caucaia

Vitor Pereira Valim

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante

Marcelo Ferreira Teles

Prefeito Municipal

Associação das Empresas do CIPP – Aecipp

Eduardo Amaral

Presidente Aecipp

CIPP S.A.

Hugo Santana de Figueirêdo Júnior

Diretor Presidente da CIPP S.A.

Unidade Gestora Provisória do CIPP

Diego Carvalho Pinheiro – Secretaria de Planejamento de Caucaia

George Braga – Associação das Empresas do Complexo industrial e Portuario do Pecém – Aecipp

Joelise Collyer – Casa Civil do Governo do Estado do Ceará

Magnólia Rocha – Prefeitura de São do Gonçalo do Amarante

Rebeca do Carmo Oliveira – CIPP S.A.

Rosana Garjulli Sales Costa – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Grupo de Apoio a UGP

David Pizol – Prefeitura de Caucaia

Jeanete Koch – Prefeitura de São Gonçalo do Amarante

Natasha Assumpção – CIPP S.A

Sandrine Mont’Alverne - Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - Aecipp

Coordenação Técnica da Atualização da Agenda Estratégica

Francisco Carlos Bezerra e Silva – Governo do Estado do Ceará

Rosana Garjulli Sales Costa – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos (CAEAE)

Organização dos Textos e Apoio Técnico

Flávia Vasconcelos Diógenes – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos (CAEAE)

Lia Aragão Fragoso – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos (CAEAE)

Socorro Letícia F. Peixoto – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos (CAEAE)

ÍNDICE

A Agenda Estratégica do Pacto pelo Pecém.....	9
Os Desafios do Cipp e as Estratégias para o Enfrentamento.....	13
Resumo das Ações Propostas.....	15
Desafio 1.....	19
Desafio 2.....	27
Desafio 3.....	35
Desafio 4.....	43
Desafio 5.....	51
Desafio 6.....	59
Desafio 7.....	67
Proposta para a estruturação da Governança do Pacto Pelo Pecém.....	75
Anexos.....	83
Síntese dos Compromissos Institucionais.....	85
Relação dos Participantes.....	89

SIGLAS UTILIZADAS NESTE DOCUMENTO

Aecipp – Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

Alece-Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará

CCCipp – Conselho Comunitário do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém

CIPP S.A. - Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

CTEC – SGA – Centro Vocacional Técnico de São Gonçalo do Amarante

Centec - Instituto Centro de Ensino Tecnológico

Cogerh – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará

Demutran – SGA – Departamento Municipal de Trânsito de São Gonçalo do Amarante

H2V – Hub de Hidrogênio Verde

FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IFCE – Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Ceará

Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

Idace - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará

Ipece - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

PMU-CIPP – Plano Mestre Urbanístico do CIPP

SCidades – Secretaria das Cidades

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Secitece – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará

Secult – Secretaria de Cultura do Ceará

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SDES-SGA – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de São Gonçalo do Amarante

Seduc-CE - Secretaria de Educação do Estado do Ceará

Semjel – Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer de São Gonçalo do Amarante

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Seinfra – Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará

Seinfra-SGA – Secretaria da Infraestrutura de São Gonçalo do Amarante

SEJUS – Secretaria da Justiça e Cidadania

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente e Mudança do Clima do Estado do Ceará

SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará

SESA – Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Semurb-SGA – Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de São Gonçalo do Amarante

Sesporte – Secretaria de Esportes do Estado do Ceará

Sine/IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

Sindienergia-CE – Sindicato das Empresas de Energia e de Serviços do Setor Elétrico do Estado do Ceará

Sindiagua – Sindicato Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará

SME-SGA – Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo do Amarante

Sisar – Sistema Integrado de Saneamento Rural

SSPDS-CE – Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará

SPS – Secretaria de Proteção Social

Tecer – Terminais Portuários do Ceará

TMUT-Terminal de Múltiplas Utilidades

ZPE – Zona de Processamento de Exportação



AGENDA ESTRATÉGICA DO PACTO PELO PECÉM

A Agenda Estratégica do Pacto pelo Pecém apresenta um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento dos atuais desafios que o Complexo Industrial e Portuário do Pecém visando seu desenvolvimento sustentável, e o fortalecimento da governança necessária para isso.

Foi elaborada por dezenas de instituições governamentais, empresariais, comunitárias e outras organizações civis que atenderam ao convite de retomada do Pacto pelo Pecém.

A construção do Pacto pelo Pecém ocorreu entre 2012 e 2014, sob coordenação do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará, e teve como objetivo identificar os caminhos para que o CIPP cumpra o seu papel de indutor do desenvolvimento do estado, de forma sustentável e com inclusão social, mobilizou cerca de 70 de instituições públicas e entidades da sociedade civil que, a partir elaboração de um diagnóstico do cenário existente no complexo e seu entorno, identificou os grandes desafios a serem enfrentados e apresentou uma Agenda Estratégica, com ações, metas, prazos e responsáveis para superação destes desafios.

Decorridos 10 anos desta Agenda a realidade do CIPP e seu entorno é outra. A região registra avanços econômicos, sociais e na sua dinâmica e infraestrutura, entretanto, constata-se que vários aspectos necessitam ainda ser fortalecidos.

A retomada do Pacto pelo Pecém, tem como objetivo maior a atualização da sua Agenda Estratégica e o estabelecimento de uma governança compartilhada do CIPP e seu entorno. Considerando que novos desafios estão sendo colocados, entre os quais a chegada de grandes empreendimentos como a ferrovia Transnordestina e a implantação do Hub de Hidrogênio Verde, o CIPP merece um olhar mais atento para os impactos decorrentes destas intervenções e uma significativa mobilização de diferentes instâncias governamentais e não governamentais para garantir as condições necessárias ao desenvolvimento sustentável e inclusivo na região.

Para coordenação deste processo, foram constituídas instâncias de governança provisórias: uma deliberativa – **Conselho Gestor do CIPP (Provisório)**, composto pelo governador do Estado, pelo presidente da Assembleia Legislativa, pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP S.A.), pelo prefeito de São Gonçalo do Amarante, pelo prefeito de Caucaia, e pelo presidente da Associação das Empresas do Complexo Industrial

e Portuário do Pecém (AECIPP) e uma instância técnica e executiva denominada **Unidade Gestora do CIPP (Provisória)**, que espelha na sua composição representantes técnicos das instituições que compõe o Conselho Gestor, porém tendo como atribuição principal a função executiva.

A metodologia de atualização da Agenda Estratégica foi pautada em todas as suas fases na construção compartilhada, com ampla participação de todos os setores e segmentos que atuam, residem ou tem interesses em relação ao CIPP e seu entorno sob coordenação da Unidade Gestora provisória.

Fase 1 - Sensibilização e Engajamento das Partes, após a formação do Conselho Gestor provisório e aprovação dos objetivos e da metodologia de retomada do Pacto do Pecém, foi realizado, no auditório do IFCE-Pecém o lançamento da retomada do Pacto pelo Pecém.

Nesta fase buscou-se o engajamento das organizações públicas e privadas, realizando reuniões setoriais com instituições dos Governos Estadual e Federal, Prefeituras de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, empresas que atuam no CIPP, comunidades que possuem relação direta com o CIPP, Sindicatos e Organizações da Sociedade Civil, representando as diversas partes interessadas no desenvolvimento do CIPP.

As instituições e organizações da sociedade, com atuação direta ou indireta no CIPP foram convidadas a responder um questionário emitindo sua opinião sobre como veem o CIPP, atualmente, nos seus benefícios, fragilidades, possíveis impactos indesejáveis, potenciais a serem desenvolvidos, bem como indicar um representante para interlocução entre a instituição e a Coordenação do Pacto pelo Pecém.

Fase 2 - Construção da Visão Compartilhada, em resposta aos questionários encaminhados 66 instituições públicas e organizações da sociedade responderam expressando a visão de cada uma das partes, que foram compiladas em textos iniciais organizados **por Setor** (governo estadual, prefeituras, empresas, comunidades, sindicatos) e **por Eixo temático** (Infraestrutura, Logística e Mobilidade; Aspectos Sociais; Aspectos Ambientais e Aspectos Econômicos).

Com o objetivo de buscar um consenso entre as diferentes visões sobre o CIPP e seu entorno, nos dias 8 e 9 de agosto de 2024, nas dependências do Instituto Federal de Educação do Ceará – Campus Pecém foi realizado o evento **“Encontro das Partes”** que contou com a presença de 82 participantes. Destes, 40 eram representações indicadas pelas instituições e organizações sociais que aderiram ao Pacto pelo Pecém (na sua primeira fase) e 42 de novas adesões e convidados, equipe de elaboração em andamento do Plano Diretor do CIPP e algumas outras instituições, que manifestaram interesse em conhecer como o Pacto está sendo construído, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

No Encontro, os participantes trabalharam divididos em quatro grupos temáticos: Infraestrutura, Logística e Mobilidade; Ambiental; Social e Econômico. Nestes grupos foram levantadas as convergências e divergências, apontadas as necessidades de revisão textual, apresentados esclarecimentos e informações sobre questões consideradas sem embasamento e identificados quais os consensos existentes entre os diversos setores participantes do Pacto.

Os grupos compartilharam os resultados de suas discussões e apresentaram propostas de desafios de cada dimensão os quais foram aprovados em plenário.

Após o Encontro das Partes os resultados foram sistematizados no documento **Visão Compartilhada do CIPP**, que registrou os consensos alcançados, as visões divergentes, as informações e os dados apresentados o qual subsidiou as discussões da fase seguinte.

Fase 3 - Detalhamento da Agenda Estratégica, a partir da identificação dos desafios foram organizadas 08 oficinas, uma para cada desafio e uma específica para a proposição de um Modelo de Governança para o Pacto do Pecém.

As oficinas tiveram como objetivo a discussão e apresentação de proposições de ações para superação dos desafios que passam a compor a Agenda Estratégica do CIPP. Foram realizadas no período de 08 de novembro a 04 de dezembro de 2024, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de São Gonçalo do Amarante e contaram com expressiva participação de representantes de instituições públicas, municipais, estaduais e federal, das empresas do CIPP, assim como de sua associação e de representações da sociedade civil. Os resultados das oficinas, constituem-se na proposta de Atualização da Agenda e encontram-se detalhados a seguir neste documento.

FASE	PRINCIPAIS AÇÕES	RESULTADOS
Sensibilização e Engajamento das Partes	Lançamento do Pacto em Solenidade Pública	■ Pacto Lançado ■ 07 apresentações setoriais ■ 106 instituições presentes ■ 77 instituições aderentes
	Reuniões de apresentação aos setores	
Construção da Visão Compartilhada	Consolidação das Visões Setoriais	■ 66 Questionários setoriais respondidos ■ 05 Relatórios sistematizando as Visões Setoriais (Governo do Estado, Prefeitura de São Gonçalo do Amarante, Prefeitura de Caucaia, Empresas, Comunidades)
	Consolidação das Visões Temáticas	■ 04 Relatórios sistematização das Visões Temáticas (Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Aspectos Econômico, Infraestrutura, Logística e Mobilidade)
	Encontro das Partes	■ 52 instituições presentes ■ 82 participantes ■ 07 desafios identificados ■ 01 Relatório-Visão compartilhada do CIPP
Detalhamento da Agenda Estratégica	Oficinas por Desafios e proposição de Governança	■ 08 Oficinas realizadas ■ 174 participantes ■ 61 Instituições participantes ■ 01 Agenda Estratégica do CIPP-Atualizada - Versão preliminar

OS DESAFIOS DO CIPP E AS ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO

A construção de uma Visão Compartilhada entre os diversos setores que interagem no Complexo Industrial e Portuário do Pecém culminou com a identificação dos grandes desafios que se colocam para que o CIPP alcance o desenvolvimento pretendido.

Nesta Agenda, considera-se desafio uma situação que exige esforço, adaptação e superação de obstáculos que impedem o alcance dos objetivos pretendidos. Assim, ao analisar os pontos fracos e ameaças colocados diante dos diferentes aspectos, os problemas levantados foram transformados em desafios, ou seja, em situações instigadoras que servirão como estímulos para a superação dos problemas identificados.

Para essa retomada da Agenda Estratégica foram identificadas sete situações que se colocam como desafios, a seguir elencados e nos detalhamento que integram este documento.

1 – Conjugar ações de apoio à implantação de prioridades do complexo a exemplo da Transnordestina, HUB do Hidrogênio Verde e outros empreendimentos.

2 – Melhorar a acessibilidade rodoferroviária e urbana do complexo

3 – Melhorar as condições de habitabilidade nas áreas do entorno do complexo

4 – Construir e ampliar políticas públicas integradas entre os governos Estadual e municipais, e as empresas que atuam no CIPP

5 – Prover mão de obra qualificada que atenda as demandas das empresas e assegure a inclusão e empregabilidade local

6 – Desenvolver e Implementar plano de ações ambientais estratégicas integradas entre os governos Estadual e municipais, as empresas que atuam no CIPP e as comunidades.

7 – Desenvolver a atração, fixação, fortalecimento e inovação de cadeias produtivas de bens e serviços.

Cada um desses desafios foi analisado por um conjunto de representações institucionais que participaram de oficinas específicas por desafio e sugeriram diretrizes estratégicas, propuseram ações para o seu enfrentamento e identificaram as instituições presentes e outras que se fazem necessárias no esforço proposto para o enfrentamento da situação.

RESUMO DAS AÇÕES PROPOSTAS

DESAFIO	AÇÃO	ENVOLVIDOS	PRAZO
1 – Conjugar ações de apoio à implantação de prioridades do complexo	D1.1. Elaborar um planejamento que permita desenvolver um conjunto de ações voltadas para o monitoramento contínuo e a permanente comunicação com as partes sobre os investimentos em implantação no CIPP.	Unidade Gestora, SDE, Secretarias Municipais de Desenvolvimento, CIPP S.A., Aecipp, ZPE, Comunidade.	Curto
	D1.2. Constituir um comitê de acompanhamento permanente do Plano.	SDE, Secretarias Municipais de Desenvolvimento, CIPP S.A., Aecipp, ZPE, Comunidade.	Curto
2 – Melhorar a acessibilidade rododferroviária e urbana do complexo	D2.1. Compatibilizar o Plano Mestre Urbanístico do CIPP com os Planos e Programas Municipais de mobilidade.	Aecipp, SDES SGA, PMU CIPP.	Curto
	D2.2. Definir Estratégias e procedimentos para a segurança no tráfego da região.	SDES SGA, CCCipp, Demutran.	Curto
3 – Melhorar as condições de habitabilidade nas áreas do entorno do complexo	D3.1. Ampliar o Fórum de Segurança do CIPP.	Aecipp, SSPDS CE, Comunidades.	Curto
	D3.2. Criar uma Instância de Articulação pela Moradia.	Prefeitura de Caucaia, Prefeitura da SGA, UG, SCidades, SPS, Ipece, Idace.	Curto
	D3.3. Implantar Fórum Permanente de Saneamento.	SCidades, Sema, Cagece, Seinfra SGA, Ambiental CE.	Curto

DESAFIO	AÇÃO	ENVOLVIDOS	PRAZO
4 – Construir e ampliar políticas públicas integradas	D4.1. Elaborar um Diagnóstico da Situação da Educação no Território.	Secretarias Municipais de Educação Caucaia e SGA, Seduc CE, Aecipp.	Curto
	D4.2. Elaborar um Diagnóstico da Situação da Saúde no Território.	Secretarias Municipais de Saúde Caucaia e SGA, SESA CE.	Curto
	D4.3. Criar uma Instância de Articulação da Assistência Social no Território.	Secretarias Municipais de Assistência Social de Caucaia e SGA, Fórum de responsabilidade social da Aecipp.	Curto
	D4.4. Instituir um Conselho de Esporte em SGA.	SeJu SGA, Secretaria de Esportes SGA.	Curto
5 – Prover mão de obra qualificada que atenda as demandas das empresas e assegure a inclusão e empregabilidade local	D5.1. Elaborar Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra.	SFiec, CIPP, Prefeitura de SGA, Prefeitura de Caucaia, Aecipp, CV-Text, Centec, CCCipp.	Curto
	D5.2. Aperfeiçoar os Programas de Formação e Qualificação ofertados.	Secretarias Municipais de Saúde Caucaia e SGA, SESA CE.	Curto
	D5.3. Criar oportunidades de Qualificação e Estágios.	SIEL, Instituições de Ensino, Aecipp, Pref.de SGA, Prefeitura de Caucaia.	Curto
	D5.4. Criar Canal Unificado para troca de informações entre as partes.	Pref. de Caucaia, Pref. de SGA, Aecipp, Gov. do Estado, Instituições de Ensino, Sine/IDT, CIPP S.A., Empresas.	Curto

DESAFIO	AÇÃO	ENVOLVIDOS	PRAZO
6 – Desenvolver e Implementar plano de ações ambientais estratégicas integradas	D6.1. Elaborar Termo de Referência para elaboração do Plano Integrado.	Unidade Gestora do CIPP.	Curto
	D6.2. Elaborar Estratégia para captação de Recursos.	Unidade Gestora do CIPP.	Curto
	D6.3. Criar um Núcleo Gestor do Plano.	Unidade Gestora do CIPP.	Curto
	D6.4. Implantar um Sistema de Informações Ambientais no CIPP.	Unidade Gestora do CIPP, Prefeitura de Caucaia, Prefeitura de São Gonçalo, Semace, Sema, Ibama.	Curto
	D6.5. Criar uma Central de Comunicação do Plano Ambiental	Unidade Gestora, canais e setores oficiais de comunicação dos entes envolvidos.	Curto
7 – Desenvolver a atração, fixação, fortalecimento e inovação de cadeias produtivas.	D7.1. Criar uma instância de articulação entre as partes envolvidas no desenvolvimento de cadeias produtivas.	Sindienergia, Sebrae, SDE CE, Aecipp, Prefeitura de SGA, Prefeitura de Caucaia, CCCipp, Rede Conexão SGA.	Curto



DESAFIO 1

Conjugar ações de apoio à implantação de prioridades do Complexo como: - Transnordestina, - Hub de hidrogênio verde, - HBI (“Hot Briquetted Iron”), - Data Center.





CONTEXTO

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) está instalado numa área de 191,15km², que abrange parte dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Conta com significativa infraestrutura que inclui: Terminal Portuário *offshore* (Fora da costa) com três píeres distintos, para graneis líquidos e graneis sólidos e um Terminal de Múltiplas Utilidades (TMUT), para granel sólido e carga geral containerizada e não containerizada; Pátio de Armazenagem; Setor Administrativo e de Apoio; Zona de Processamento da Exportação (ZPE); cinco Setores Industriais que incluem a ZPE e outras indústrias; infraestrutura de logística e serviços (armazéns, centros de distribuição, terminais de carga); infraestrutura de mobilidade e fornecimento de insumos básicos (rodovias, ferrovias, redes de energia e água, dutovias); habitações predominantemente unifamiliares que podem também abrigar pequenos comércios locais, prestação de serviços e desenvolvimento de atividades agrícolas e criação que incluem as comunidades.

O CIPP Integra diferentes atividades industriais (construção civil, metalurgia, cimenteira, fertilizantes e geração de energia, incluindo energias renováveis) com a moderna logística do Porto, a estrutura de suporte da ZPE e a conectividade intermodal, fatores estes que potencializam a capacidade operacional do CIPP e que se constituem numa força motriz de desenvolvimento.

A implantação do CIPP viabilizou a ampliação do porto, a construção, ampliação ou recuperação de estradas, ampliou a rede de telecomunicações e a infraestrutura de equipamentos de suporte às políticas sociais de saúde e educação entre outras, nos municípios do entorno. Promoveu a criação e adoção de novas tecnologias industriais e logísticas. Entre os aspectos positivos identificados em termos da infraestrutura destacam-se a estrutura e logística do terminal portuário, a conectividade intermodal e a segurança hídrica.

Durante as discussões voltadas para a construção da Visão Compartilhada do CIPP e na elaboração do diagnóstico do Plano Mestre Urbanístico do CIPP (Plano Diretor), constatou-se que frente a chegada da rodovia Transnordestina, que ampliará significativamente a movimentação de cargas no Porto, e a implantação do Hub de Hidrogênio Verde (H2V), que demandará infraestruturas específicas para as plantas de H2V e a exportação de amônia verde, alguns aspectos precisam ser observados e fortalecidos em termos de Infraestrutura e logística do CIPP, destacando-se:

- investimentos em infraestrutura, manutenção e prevenção que se fazem necessários para garantir eficiência operacional, evitar degradação e ampliar as instalações;
- as mudanças climáticas podem trazer vulnerabilidades adicionais, como aumento do nível do mar e eventos climáticos extremos que afetam a infraestrutura e as operações no complexo;
- necessidade de garantir maior agilidade nas adequações das infraestruturas e superestruturas necessárias para receber os novos investimentos visando não acarretar prejuízos econômicos, ambientais e sociais;
- garantia da qualidade da conectividade nos serviços de telefonia e internet na área do CIPP e seu entorno;
- preocupações com a segurança hídrica e energética, frente as novas intervenções no Complexo e o desenvolvimento econômico do entorno, a exemplo do setor hoteleiro, de turismo e gastronomia;
- o abastecimento de água das regiões adjacentes ao CIPP, enfrenta desafios de cobertura e qualidade, em algumas áreas ainda dependendo de soluções inadequadas;
- a logística interna do CIPP apresenta limitações, tais como a capacidade de escoamento de cargas superdimensionadas na saída do porto que prejudica a agilidade nas operações.

PROPOSIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO DESAFIO

A Oficina sobre o Desafio 1-Conjugar ações de apoio à implantação de prioridades do Complexo, realizada no dia 13 de novembro de 2024, com a participação de 16 (dezesesseis) pessoas representando 14 (quatorze) instituições apontou as principais questões a serem tratadas a partir da identificação das dificuldades que se colocam para o enfrentamento do desafio.

Dificuldades consideradas:

Foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas para a superação do desafio de complementar a infraestrutura e adequar a logística do CIPP, frente as novas intervenções, com especial destaque para o Hub de Hidrogênio Verde:

- incerteza legal referente a comercialização/leilões;
- oferta hídrica que atenda aos padrões de produção de H2V;

- garantia da disponibilidade de energia versus o longo prazo para sua implantação;
- necessidade urgente de organização dos dados e informações –sobre protocolos/memorandos (Hidrogênio Verde);
- urgência em melhorar a comunicação garantindo maior agilidade na implementação das ações de apoio à implantação de prioridades na Infraestrutura e logística do Complexo;

Outro conjunto de dificuldades apontadas são relativas a gestão do Complexo e sua articulação com as diferentes instâncias relevantes para seu fortalecimento, tais como:

- ausência de planejamento e gestão integrada dos órgãos públicos das diferentes instâncias administrativas (governos federal, estadual e municipal) que atuam na área do CIPP;
- desintegração da governança da Região Metropolitana de Fortaleza;
- desafio da gestão eficiente da governança pública com destaque às Parcerias Público e Privadas.

Diretrizes Estratégicas

Foram identificadas como diretrizes estratégicas para o desenvolvimento das ações necessárias para a superação do desafio:

- escutar as necessidades e intensificar o trabalho conjunto entre as empresas do Complexo e o governo;
- desenvolver a governança compartilhada – articulação, através da criação do “Comitê”, a nível Federal, Estadual e Municipal;
- melhorar a comunicação e garantir maior agilidade na implementação das intervenções e ações necessárias;
- centralizar e disponibilizar dados das múltiplas esferas. Integrar a dimensão ambiental e social em todas as etapas do planejamento e execução das intervenções de Infraestrutura e logística;
- o plano de intervenções deve ser adaptável às mudanças do mercado e do contexto;
- articular o plano diretor do CIPP com outros planos de governo e com o Plano Diretor Urbano.

AÇÕES PROPOSTAS

D1.1 – Elaborar um planejamento que permita desenvolver um conjunto de ações voltadas para o monitoramento contínuo e a permanente comunicação com as partes sobre os investimentos em implantação no CIPP.

Faz-se necessário estabelecer um cronograma da implementação dos empreendimentos previstos e das necessidades de ações de apoio para isso. O planejamento deverá consolidar informações voltadas para as etapas descritas à seguir.

Análise do contexto

- Diagnóstico: Avaliar a situação atual do complexo, identificando pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.
- Consolidação de informações: Coletar informações sobre infraestrutura (H2V, Transnordestina e Data Center), logística, atividades econômicas, meio ambiente, comunidade local e legislação.
- Informações: Planos, projetos, cronogramas, estudos ambientais e sociais (habitação, segurança, saúde, lazer, emprego e renda) e elaborar matriz de risco do do complexo.
- Definição de objetivos: Estabelecer metas claras e mensuráveis para o desenvolvimento do complexo.

Prognóstico

- Definição de eixos estratégicos: infraestrutura (H2V, Transnordestina e Data Center), logística, meio ambiente, social e econômico.
- Análise das conexões/interferências e impactos entre os eixos estratégicos
- Elaboração de ações: desenvolver um conjunto de ações concretas para alcançar os objetivos, com prazos e responsáveis definidos.
- Orçamento: estimar os recursos financeiros necessários para a implementação do plano.

Ações voltadas para Implementação e monitoramento

- Definir a governança do Pacto pelo Pecém.
- Gestão financeira, de prazo, de qualidade, de riscos.
- Monitoramento contínuo: acompanhar os resultados e fazer ajustes no plano, se necessário.

Comunicação e participação

- Divulgação do plano: Comunicar o plano para todos os stakeholders, como empresas, comunidade local e governo.

Participação social

- Promover a participação da comunidade nas decisões e na implementação do plano.

PARTES ENVOLVIDAS

- Unidade Gestora do CIPP
- Prefeituras
- Órgãos do Governo do Estado
- Aecipp

PRAZO: Curto

D1.2 – Constituir um comitê de acompanhamento permanente do Plano.

Constituir Comitê de Acompanhamento, definindo quem ficará responsável pelo acompanhamento periódico do planejamento para realizar a cobrança das ações propostas.

PARTES ENVOLVIDAS

- Secretaria Estadual de Desenvolvimento
- Secretarias de Desenvolvimento (Caucaia/ São Gonçalo)
- CIPP S.A
- Aecipp
- ZPE
- Representação das Comunidades

PRAZO: Curto

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFICINA DESAFIO 1

- Aecipp
- Acelor Mittal Pecém
- Alece
- Astor BFA/IB
- Cagece
- CIPP S.A.
- Comunidade Siupé
- Comunidade Primavera
- Prefeitura de São Gonçalo - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável
- Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Ceará
- Receita Federal - Alfândega Porto do Pecém
- Sindieletro
- Urbi consultores
- Prefeitura de Caucaia - Secretaria de Planejamento



DESAFIO 2

Melhorar a acessibilidade
rodoferroviária e urbana
no Complexo.





CONTEXTO

Mobilidade urbana é a capacidade de se deslocar em uma cidade, seja de forma individual, realizada a pé, de bicicleta, de motocicleta ou de carro, ou coletiva, como a realizada por ônibus, metrô ou trem com o objetivo de desenvolver relações sociais e econômicas.

A mobilidade urbana é um conceito essencial no planejamento urbano, pois afeta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Uma maior mobilidade em um local significa que é mais fácil se deslocar de um ponto a outro, o que pode gerar eficiência e reduzir o estresse.

Mobilidade urbana e acessibilidade são critérios fundamentais para a localização de distritos industriais sustentáveis. O planejamento urbano deve considerar esses critérios, além dos impactos ambientais e socioeconômicos.

O Plano de mobilidade urbana para distritos industriais deve ser elaborado e aplicado de forma participativa, através de cooperação entre os atores envolvidos (empregados, empresas, sindicatos, autoridades locais, operadores de transportes públicos, etc.).

O que se constata em relação a mobilidade para zonas industriais é que sua localização geralmente se encontra a uma distância razoável em relação as áreas de uso residencial, até mesmo em outros municípios, evidenciando o deslocamento de uma zona a outra. Com isso, melhorias devem ser feitas combinadas com incentivos das indústrias e do poder público por meio de um planejamento integrado.

Porém, esses estímulos não cabem apenas às empresas presentes, a região deve oferecer condições de infraestrutura adequada e moradias a uma distância razoável do local de trabalho para que o deslocamento de seus funcionários seja realizado, o máximo possível, por modos de transporte não motorizado. Por isso, estes planos devem ter envolvimento de diversos atores.

O Complexo Industrial e portuário do Pecém (CIPP) está localizado a cerca de 51 km de Fortaleza, e conforme Relatório do Diagnóstico de Mobilidade do Plano Mestre Urbanístico do CIPP (Plano Diretor), tem como acessos rodoviários e ferroviários as seguintes vias: CE-155, CE-085, CE-348, CE-156, BR-222 e a Ferrovia Itaqui-Mucuripe / Ramal Porto do Pecém (18 Passagens de nível).

Registram-se ainda projetos viários em construções tais como, a duplicação da BR-222 (BR-020 a CE-155) a duplicação do Anel Rodoviário de Fortaleza (CE-010), a Ausência de Conexão da CE-085 com a CE-155 que se encontra aprovado para execução; e Arco Metropolitano (CE-155 a BR-116) que se encontra em estudo.

O CIPP conta com cerca de 90 empresas e com o Porto do Pecém que opera significativo movimento de cargas, sendo que em 2023 movimentou 17,1 milhões de toneladas (contêineres, minério de ferro, ferro e aço, carvão mineral, combustíveis, óleos, outras cargas pesadas etc.), registrando portanto, um expressivo fluxo de caminhões nas vias de acesso ao Complexo.

O percentual de trabalhadores que se deslocam de outros municípios também é expressivo, o relatório do Plano Diretor do CIPP registra que para garantir o deslocamento de 2072 funcionários, a ArcelorMittal utiliza 53 rotas de transporte fretado, sendo: 38% de Fortaleza; 23% de Caucaia; 12% de Paracuru; 8% de São Gonçalo; 19% outras regiões.

A existência de comunidades na área e no entorno do CIPP, (Chaves, Bolso, Catuana, Caraúbas, Parada, Pecém, Cauípe, Matões) onde habitam cerca de 10.500 famílias representa um desafio a mais para a mobilidade e a segurança no trânsito.

Durante as discussões voltadas para a construção da Visão Compartilhada do CIPP, as partes acordaram que:

- os modais rodoviário e ferroviário são elementos fundamentais na infraestrutura e logística do CIPP, mas ainda se encontram incompletos e insuficientes;
- as estradas, em especial, os vários acessos viários internos do complexo, têm trazido transtornos pela falta de manutenção (ou manutenção precária);
- a existência de conflito dos fluxos de cargas pesadas e pessoas nas comunidades do entorno ocorre, especialmente, devido alguns acessos passarem no meio das comunidades, provocando inclusive, acidentes;
- a ausência de Conexão CE-085 com CE-155 cria dificuldades de acesso ao Complexo (projeto aprovado para execução);
- a ausência de transporte público para o CIPP tem afetado o acesso de trabalhadores, estudantes, estagiários, dificulta a prestação de serviços e o deslocamento dos moradores das comunidades da área e do entorno.

PROPOSIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO DESAFIO

A Oficina sobre o **Desafio 2-Melhorar a acessibilidade rodoferroviária e urbana no Complexo**, realizada no dia 13 de novembro de 2024, com a participação de 14 (quatorze) pessoas representando 11 (onze) instituições apontou as principais questões a serem tratadas a partir da identificação das dificuldades que se colocam para o enfrentamento do desafio.

Foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas para a superação do desafio da mobilidade para o acesso ao CIPP e seu entorno:

- garantir o atendimento pleno da demanda por transporte público do Complexo e seu entorno;
- garantir a viabilidade financeira e sustentável das linhas de transporte das pessoas com destino ao complexo;
- integrar transporte Público SGA-CIPP e Municípios do entorno;
- reduzir a distância das rotas de deslocamento dos trabalhadores do CIPP;
- recuperação de vias, fiscalização do tráfego nas comunidades do entorno.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Foram identificadas como diretrizes estratégicas para o desenvolvimento das ações necessárias para a superação do desafio:

- compromisso e responsabilidade das autoridades competentes (São Gonçalo do Amarante e Caucaia) na definição e execução das ações necessárias;
- foco e compromisso dos partícipes do Pacto;
- criação e implementação de um Plano Integrado de Mobilidade para Região do Complexo.

AÇÕES PROPOSTAS

D2.1 – Compatibilizar o Plano Mestre Urbanístico do CIPP com os Planos e Programas de Mobilidade dos Municípios

- Compatibilizar Plano Mestre Urbanístico do CIPP (Plano Diretor) nos aspectos referentes à Mobilidade com os planos dos municípios e das empresas, a partir das seguintes etapas:

- identificar todas as rotas municipais existentes (regulares e “clandestinas”) e propor linhas regulares que sejam financeiramente sustentáveis;
- articular a coleta de informações com as empresas;
- definir plano de viabilidade financeira;
- mapear as rotas de cargas pesadas-Plano Mestre Urbanístico;
- elaborar compatibilização normativa.

PARTES ENVOLVIDAS:

- Aecipp – Fórum de Logística - (Carlos Alberto Nunes Filho)
- SDES-SGA (Roni Cunha-Coordenador)
- Urbi-PMU CIPP (Suliano Mesquita)

PRAZO: Fevereiro de 2025

RESPONSÁVEL: Aecipp (George)

D2.2 – Definir Estratégias e procedimentos para a segurança no tráfego da região

- Definir estratégias e procedimentos para garantir a segurança no trânsito na região, identificando problemas junto às comunidades e propondo soluções para o ordenamento do trânsito em São Gonçalo do Amarante.

PARTES ENVOLVIDAS

- SDES-SGA (Roni Cunha)
- Conselho Comunitário
- Demutran

PRAZO: Curto

RESPONSÁVEL: SDES-SGA - (Roni Cunha)

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFICINA DESAFIO 2

- Aecipp
- Aecipp/ Tecer Terminais Portuários
- ArcelorMittal Pecém
- Associação Pecém Eu te Amo
- CIPP S.A
- Comunidade Lagoa das Cobras
- Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável-SGA
- Secretaria de Ação Social – SGA
- Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo – SGA
- Urbi Consultores- PMU CIPP





DESAFIO 3

Melhorar as condições de habitabilidade das regiões do entorno do Complexo.





CONTEXTO

Habitabilidade é um conceito amplo, que ultrapassa o direito à moradia, integrando justiça social e sustentabilidade. Possui em si a busca pelo **bem-estar** dos habitantes, **conforto, saúde, segurança** e uma convivência harmoniosa e sustentável com o meio.

Implica assegurar que além do **espaço habitacional** (casa, moradia) também seja assegurado o acesso a uma **infraestrutura urbana** de qualidade e o **direito à cidade**.

Para garantir isso, é necessário assegurar o acesso a serviços essenciais, como saneamento básico, transporte público eficiente, áreas de lazer e saúde e que esses espaços estejam inseridos em um ambiente seguro.

A habitabilidade abrange, dentre outros componentes.

■ **Políticas urbanas** voltadas ao enfrentamento da violência urbana, o desenvolvimento local e a criação de uma economia solidária que beneficie a todos.

■ **Unidades Habitacionais** – com conforto ambiental (luz, temperatura, acústica) saneamento e segurança.

■ **Ambiência Urbana** – que inclua relação saudável com meio ambiente e considere a mobilidade dos habitantes.

■ **A promoção da saúde** – além do modelo biomédico tradicional, considerando não apenas a ausência de doenças, mas também a qualidade de vida em um sentido mais amplo.

■ **A redução de riscos ambientais** – além dos desastres naturais ou eventos climáticos extremos, abrangendo questões como:

- a **localização inadequada** de habitações,
- a **falta de planejamento urbano** e;
- a **má gestão** dos recursos naturais.

Durante as discussões voltadas para a construção da Visão Compartilhada do CIPP, as partes acordaram que a habitabilidade na região do CIPP apresenta as características descritas a seguir.

A infraestrutura e equipamentos sociais existentes para ofertar saúde, educação, segurança e saneamento básico cresceram no território, embora ainda não tenham alcançado capacidade plena frente ao aumento nas demandas decorrentes do crescimento populacional.

Há crescimento na degradação de espaços urbanos e no meio ambiente, que se materializam na ocupação desordenada e irregular do território com precariedade nas moradias, particularmente nas áreas destinadas à proteção ambiental.

Questões relacionadas à regularização fundiária persistem, assim como a indefinição frente a permanência de ocupações em áreas já desapropriadas.

Ainda há carência de equipamentos de infraestrutura social nas comunidades lindeiras ao complexo e nas suas áreas circundantes, bem como precariedade na mobilidade no que se relaciona com a existência de transporte público e conservação de vias de acesso, particularmente naquelas que atravessam localidades.

A precariedade no transporte público impacta ainda no acesso de estagiários e trabalhadores ao emprego e às atividades de formação profissionais ofertadas.

O crescimento traz também a sensação de insegurança e é apontado como um dos fatores que dificulta a habitabilidade no território. Verifica-se ainda a incidência de invasão em áreas pertencentes às empresas instaladas.

PROPOSIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO DESAFIO

A Oficina **Desafio 3 - Melhorar as condições de habitabilidade das regiões do entorno**, realizada no dia 12 de Novembro de 2024, com a participação de 31 (trinta e uma) pessoas representando 26 (vinte e seis) instituições participantes que identificaram as principais questões a serem tratadas a partir das dificuldades que se colocam frente ao enfrentamento do desafio.

Dificuldades consideradas

As dificuldades impostas para a superação dos problemas componentes do desafio são reforçadas pela desarticulação entre as organizações/ instituições dos diferentes setores, que se apresenta na precariedade de planejamentos integrados e/ou planejamentos que não alcançam os resultados esperados.

Entre as fragilidades desses planos, além da pouca integração entre as partes, percebe-se questões relacionadas a inadequação de algumas normas legais, ausência de acompanhamento e fiscalização, excesso de entraves na burocracia governamental, indefinição nas competências e responsabilidades e inexistência de projetos específicos.

Outras causas são relacionadas ao pouco compromisso de alguns setores, que impede a priorização das questões relacionadas à melhoria da habitabilidade nas suas ações e destinações orçamentárias.

Ao discutir estratégias para o enfrentamento dessas dificuldades, os participantes propuseram diretrizes estratégicas que deverão orientar a execução das ações propostas, bem como algumas ações que deverão servir para a redução da problemática proposta.

Diretrizes Estratégicas

Para que o Desafio seja superado há necessidade de estabelecer instâncias que permitam melhorar a articulação entre as partes e fortalecer a governança necessária. Tais instâncias podem ser constituídas por meio de Fóruns, comitês, núcleos setoriais ou outras articulações possíveis.

Essas instâncias devem ser orientadas pelas diretrizes de:

- construir políticas públicas de Estado e não apenas de gestões governamentais;
- assegurar que o que for planejado seja efetivado;
- planejar ouvindo os beneficiários;
- envolver todos os setores: Municípios, instituições de ensino e pesquisa, representações comunitárias e empresariais e os demais que sejam identificados;
- realizar planejamento setorial consistente, com acompanhamento bem definido;
- estruturar projetos com escopo que definam claramente as metas e responsabilidades.

AÇÕES PROPOSTAS

D3.1 – Ampliar o Fórum de Segurança do CIPP

Ampliar o funcionamento do Fórum de Segurança da Aecipp com a inclusão das forças de segurança estaduais, os setores municipais e a representação das comunidades.

O Fórum de Segurança existente, articulado pela Aecipp, deverá convidar as Polícias Militar e Civil do Estado, as secretarias de segurança municipais e o Conselho Comunitário para articular ações entre as partes.

Entre as pautas iniciais propostas, apresentam-se as seguintes sugestões de temas e atividades apresentadas a seguir.

- Iluminação: instalação e manutenção das principais áreas.
- Requalificação dos espaços públicos.
- Videomonitoramento dos principais pontos públicos e áreas de risco.
- Capacitação da população sobre segurança, mediação de conflitos, dentre outros.
- Capacitação dos agentes de segurança.
- Construção de novos espaços públicos esportivos e de lazer.
- Criação de projetos esportivos e sociais.
- Criação de um comitê gestor.
- Criação de um centro integrado de segurança.

PARTES ENVOLVIDAS

- Aecipp (Coordenação Inicial – João Tenda)
- Secretaria de Segurança Pública (SSPDS) – Polícia Militar e Polícia Civil
- Líderes comunitários
- Empresas privadas
- Outras organizações públicas (a exemplo da Sesporte)

PRAZO: Imediato

D3.2 – Criar uma Instância de Articulação pela Moradia

Constituir uma instância de articulação que permita ampliar as políticas de moradia da região.

Os passos iniciais deverão ser voltados para a realização de um diagnóstico sociogeográfico das áreas habitadas, identificando a situação real das necessidades de moradias e melhorias habitacionais, regularização fundiária etc.

Nessa construção deve ser considerada a integração dos planos diretores de São Gonçalo do Amarante, Caucaia e CIPP no que diz respeito às ações de habitação.

PARTES ENVOLVIDAS

- Prefeitura de Caucaia
- Prefeitura de São Gonçalo
- Órgão gestor CIPP
- Governo do Estado
- Sec. Cidades (Coordenação Inicial: Waldemar Pereira)
- SPS
- Ipece
- Idace

PRAZO: Curto

D3.3 – Implantar Fórum Permanente de Saneamento

Criação do Fórum Permanente de Saneamento com a estruturação de grupos de trabalho contemplando os componentes do saneamento: (Água, Esgoto, Resíduos sólidos, Drenagem).

PARTES ENVOLVIDAS

Representantes do poder público, privado e sociedade:

- SCidades
- SEMA
- Cagece (Coordenação Inicial: Erisberg)
- SISAR
- Ambiental Ceará
- Seinfra SGA

PRAZO: Curto

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFICINA DESAFIO 3

- ArcelorMittal Pecém
- Cagece
- CCCipp
- CIPP S.A.
- Comunidade de Siupé
- Conexão Sga
- IDT
- PMCE
- Polícia Civil - DPJM
- Scidades
- SDES SGA
- Secretaria da Cultura do Ceará
- Secretaria de Assistencia Social SGA
- Seduc CE
- Sema
- Semurb
- Sesporte CE
- Sindiagua CE
- SME SGA
- SPS CE
- AECIPP
- Tecer Terminais



DESAFIO 4

Construir e ampliar políticas públicas integradas entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, Governo do Estado, empresas, CIPP S.A. e comunidades que congregam o complexo industrial.





CONTEXTO

As políticas sociais públicas são ações governamentais que visam melhorar a qualidade de vida da população, especialmente dos mais vulneráveis. Elas constituem um conjunto de intervenções que visam sobretudo criar condições para que todos tenham oportunidades equitativas na sociedade.

A instalação do CIPP impulsionou o crescimento populacional acelerado da região, exigindo a ampliação da oferta dos bens e serviços inerentes às políticas públicas sociais por meio dos serviços de saúde, educação, assistência social, atividades culturais, apoio às organizações comunitárias, ao empreendedorismo, às pequenas empresas, dentre outros.

No entanto, mesmo sendo reconhecido o aumento de ações e a oferta nos serviços públicos para acompanhar a dinâmica populacional na área do CIPP, ainda se considera que as mesmas não têm sido suficientes.

Dentre as carências, destacam-se problemas de acesso à água potável, ao esgotamento sanitário, a gestão ineficiente dos resíduos sólidos, insuficiência de habitação digna, deficiência de transporte público, questões tratadas com mais profundidade nos desafios anteriores. Integram-se neste desafio a superlotação e limitação na oferta de serviços públicos de saúde, a necessidade de ofertar serviços de educação melhores qualificadas, bem como os serviços de assistência social e lazer, dentre outros.

PROPOSIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO DESAFIO

A Oficina **Desafio 4 - Ampliar e melhorar a oferta de políticas sociais no território do CIPP**, realizada no dia 19 de Novembro de 2024, com a participação de 35 (trinta e cinco) pessoas representando 28 (vinte e oito) instituições participantes priorizou as principais questões a serem tratadas a partir da identificação das dificuldades que se colocam frente ao enfrentamento do desafio.

Dificuldades consideradas

A garantia da oferta nos serviços de saúde no território ainda não atingiu sua plenitude no que diz respeito ao cuidado após o diagnóstico com atenção mais especializada e mais resolutiva, assim como na atenção em saúde mental, reabilitação intelectual e cirurgias especializadas. Há necessidade de ampliar o atendimen-

to nessa área nas três esferas governamentais e no acesso aos serviços demandados pelas populações flutuantes. Também é necessário ampliar o atendimento terciário na região.

O desafio maior na política da educação pública no território do CIPP é a universalização do ensino integral nas três modalidades da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – o que demanda em ampliação na infraestrutura física das redes de ensino. A educação para formação de mão de obra também precisa ser aperfeiçoada, porém esse item está sendo tratado no desafio 5.

As dificuldades mais expressivas na ampliação e qualificação em todas as políticas sociais no território tem uma raiz na fraca governança, o que dificulta uma melhor interlocução entre as organizações empenhadas na oferta dos serviços, na desburocratização de alguns processos, na ampliação de recursos financeiros e sua garantia orçamentária nas diversas esferas públicas.

Diretrizes Estratégicas

São diretrizes estratégicas:

- o diálogo mais efetivo entre os municípios, Estado, empresas e população;
- a integração dos planos de gestão de políticas públicas das partes atuantes no CIPP;
- a busca por mecanismos que priorizem incentivos e ampliação do financiamento para estas ações;
- reduzir os procedimentos burocráticos.

AÇÕES PROPOSTAS

AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO

D 4.1 – Elaborar um Diagnóstico da Situação da Educação no Território

Há necessidade de ampliar a infraestrutura voltada para a integralização da oferta de educação, por meio da construção de unidades escolares infantil, fundamental e médio assegurando a integralidade no fluxo escolar desde a educação infantil até o ensino médio.

Para isso deverá ser consolidado um diagnóstico de demanda de alunos e infraestrutura, a ser apresentado e negociado com parceiros públicos e privados que poderão contribuir por meio de investimentos e compensações financeiras para as complementações apontadas como necessárias pelos municípios.

O diagnóstico será inicialmente apresentado no Fórum de Responsabilidade Social da Aecipp.

PARTES ENVOLVIDAS

:

Coordenação: Antônio Carlos (SME – SGA)

- Secretarias municipais de Educação (São Gonçalo e Caucaia)
- Seduc CE
- Empresas (Aecipp)

PRAZO: Curto

AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA NO TERRITÓRIO

A ampliação dos serviços de saúde pública no território demanda:

- aumento na oferta de consultas e exames especializados;
- ampliação da capacidade instalada do HGLAS (São Gonçalo do Amarante) em curto e médio prazo;
 - serviços de ortopedia;
 - aumento da quantidade de leitos;
 - ampliação de Estrutura Física;
 - parceria com a iniciativa privada, governo do Estado, Ministério da Saúde para aquisição de equipamento;
 - identificação de equipamentos prioritários;
 - contratação de médicos especialistas;
 - aquisição de equipamentos, contratação de profissionais qualificados, insumos e instrumentos;
 - construção de hospital Regional para o setor público de saúde - Construir e habilitação do hospital Regional do Vale do Curu (nível terciário);
 - cofinanciamento do setor saúde a médio e longo prazo por meio da criação de um fundo permanente de custeio da saúde com contrapartida da iniciativa privada;
 - realização de diagnóstico situacional identificando aspectos epidemiológicos com projeção dos valores estimados.

D 4.2 – Elaboração de Diagnóstico Conjunto entre os Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

PARTES ENVOLVIDAS

- Secretarias municipais de Saúde (São Gonçalo e Caucaia)
- Secretaria Estadual de Saúde (SESA)
- Ministério da Saúde
- Iniciativa privada
- Parlamentares

PRAZO: Curto

AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO

D 4.3 – Criar uma Instância de Articulação da Assistência Social no Território.

Criação de grupo de trabalho setorizado que permita a articulação entre os órgãos de assistência social dos municípios que atuam no CIPP e seu entorno.

Elaboração de Diagnóstico situacional para apresentar no Fórum de Responsabilidade Social da Aecipp iniciando diálogo das secretarias para apresentação de políticas públicas sociais do Fórum de responsabilidade social da Aecipp.

PARTES ENVOLVIDAS

Coordenação: SMAS SGA (Manoel Paiva)

- Secretaria de Assistência Social de Caucaia
- Secretaria de Assistência Social de São Gonçalo do Amarante
- Fórum de Responsabilidade Social

PRAZO: (Até 6 meses)

AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE NO TERRITÓRIO

D 4.4 – Criação de um Conselho Municipal de Esporte em SGA com a finalidade de assegurar a participação de entidades públicas, profissionais do esporte e líderes comunitários e possibilitar levar atividades e projetos concentrados na sede e distritos para as localidades. Ex: atletas do futuro.

PARTES ENVOLVIDAS

Coordenação: Igor Daniel (SGA)

- Secretaria da Juventude de São Gonçalo do Amarante
- Secretaria de Esportes de São Gonçalo do Amarante

PRAZO: Curto

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFICINA DESAFIO 4

- Acesga
- Aço Cearense Industrial Ltda.
- Aecipp
- AMACC
- Arcelor Mittal
- Cagece
- CCCipp
- CIPP
- Comunidade Baixa das Caraubas
- Comunidade Bolso
- Comunidade de Siupé
- Prefeitura municipal de São Gonçalo do Amarante
- Scidades
- SDES SGA
- Secitece
- Secretaria de Cultura SGA
- Secretaria de Educação SGA
- Secretaria de Saúde SGA
- SEJU SGA
- Semurb
- Secretaria Municipal de Educação do Município de Caucaia
- SESA CE
- SESI
- Sesporte





DESAFIO 5

Prover mão de obra qualificada que atenda as demandas das empresas do CIPP e do seu entorno, priorizando a empregabilidade local e a Inclusão social.





CONTEXTO

Mão de obra qualificada refere-se a profissionais que possuem conhecimentos técnicos específicos necessários para desempenhar determinadas funções. Esse conhecimento é adquirido por meio de um investimento contínuo em formação e qualificação.

Essa mão de obra pode ser direta ou indireta. A mão de obra direta consiste nos trabalhadores contratados pela empresa para realizar serviços específicos. Nesse caso, os profissionais qualificados são buscados ativamente, passam por um processo seletivo e integram o quadro fixo de funcionários.

Diante da dificuldade em encontrar profissionais qualificados em diversos setores, muitas empresas têm optado pela mão de obra indireta. Isso ocorre quando a empresa firma um contrato com uma empresa especializada para a realização de serviços necessários, ou seja, contrata mão de obra terceirizada.

Outro aspecto relevante nas contratações de mão de obra qualificada é a experiência de trabalho exigida. Além de cursos formais, é fundamental que os profissionais participem de treinamentos práticos que lhes permitam aplicar seus conhecimentos de forma eficaz. A experiência prática é um diferencial significativo na hora da contratação.

Apesar dos indicadores positivos apresentados pelo CIPP, como o crescimento econômico, o aumento do número de empresas instaladas e a geração de empregos diretos e indiretos na região, a absorção da população local, especialmente os jovens, ainda enfrenta desafios significativos. Entre esses desafios, destacam-se as dificuldades de acesso ao “primeiro emprego” e a estágios, bem como a limitada inserção de pessoas economicamente ativas no mercado de trabalho, devido principalmente à pouca qualificação adequada ofertada para as vagas disponíveis no CIPP.

A precária comunicação entre as Prefeituras do entorno do CIPP e as empresas, especialmente no que diz respeito ao alinhamento entre a demanda por emprego e as qualificações exigidas, tem gerado uma desconexão entre a formação profissional da população local e as necessidades do mercado de trabalho nos municípios onde se situa o CIPP, Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Como consequência,

crece a contratação de profissionais vindos de outras cidades do estado, de outras regiões do país e, em alguns casos, do exterior.

Outro aspecto destacado é a falta de experiência prática dos profissionais para atender às demandas específicas do setor. Mesmo quando possuem a formação necessária, muitos candidatos enfrentam rejeição devido à ausência de experiência, o que afeta, especialmente, aqueles fora da faixa etária usualmente contemplada por programas de primeiro emprego e estágios.

Além disso, verifica-se dificuldades em atender às demandas por serviços e na diversificação do comércio, impulsionadas pelo crescimento econômico dos municípios.

PROPOSIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO DESAFIO

A Oficina sobre o **Desafio 5 — Prover mão de obra qualificada que atenda às demandas das empresas do CIPP e seu entorno, priorizando a empregabilidade local e a inclusão social** — foi realizada no dia 21 de novembro de 2024, com a participação de 22 (vinte e duas pessoas), representando 14 (quatorze) instituições pactuantes. Durante a oficina, foram identificadas as principais questões a serem abordadas, com base nas dificuldades encontradas no enfrentamento desse desafio.

Dificuldades consideradas

As dificuldades em superar os problemas relacionados a esse desafio são amplificadas pela ausência de articulação e alinhamento no desenvolvimento dos cursos de qualificação entre as partes envolvidas, o que compromete a eficácia do planejamento. Esse cenário evidencia a precária comunicação entre as empresas instaladas, que demandam mão de obra, as Prefeituras da região e as instituições de ensino, responsáveis pela oferta de cursos de qualificação.

Essa ausência de uma articulação eficaz tem dificultado a identificação das áreas específicas em que é necessário qualificar profissionais, conforme a demanda das empresas. Além disso, não tem sido suficiente para suprir a escassez de mão de obra qualificada, o que leva frequentemente à importação de trabalhadores para atender a essas carências.

Outros fatores são a pouca oferta de estágios que possibilitem a aquisição de experiência prática, a carência de programas de formação técnica para determinadas especificidades e a inexistência de bancos de dados compartilhados e atualizados sobre as necessidades das empresas instaladas no CIPP, bem como sobre os talentos disponíveis. Também não há um Plano de priorização desenvolvido de forma colaborativa entre o governo, as indústrias e as instituições de ensino, com o objetivo de orientar as ações de qualificação de maneira mais eficaz.

Diretrizes Estratégicas

Para superar o desafio, é necessário fortalecer os vínculos entre o CIPP, o Governo Estadual, os Governos Municipais e as Comunidades, criando um canal de comunicação que facilite a interação entre as partes. Para isso, deve-se estabelecer uma instância que promova a articulação entre os envolvidos e fortaleça a governança necessária.

Essa instância de articulação deve ser orientada pelas seguintes diretrizes:

- desenvolvimento de um planejamento estratégico voltado para a formação profissional, alinhado às necessidades das empresas e envolvendo todos os entes responsáveis;
- estabelecimento de planejamento e comunicação antecipada e orientadora para desenhar e monitorar a demanda e a oferta;
- criação de canais de comunicação e implementação de um banco de dados centralizado;
- mapeamento das demandas existentes para alinhar com a oferta de cursos disponíveis;
- mapeamento das necessidades de mão de obra e que permita direcionar as responsabilidades e ações de cada instituição envolvida;
- desenvolvimento de políticas públicas que incentivem as empresas a contratar profissionais dos municípios do entorno, promovendo também a sensibilização sobre a importância de criar oportunidades de estágios para a mão de obra local.

AÇÕES PROPOSTAS

D5.1 – Elaborar Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra.

Estruturar um banco de dados unificado e estratégico para o CIPP, que permita mapear as necessidades das indústrias, definindo temas, perguntas e indicadores, para estabelecer uma relação eficiente entre a oferta e a demanda de mão de obra. Esse banco de dados deve considerar múltiplos cenários, abrangendo as perspectivas de curto, médio e longo prazo.

A partir dessa análise, será necessário desenvolver programas de qualificação e treinamento mais eficazes, direcionando os esforços para atender às lacunas de habilidades identificadas pelas empresas, e promovendo uma maior adequação entre a oferta e a demanda de trabalho.

Será necessário fortalecer a governança no CIPP para liderar a agenda de geração de emprego e renda, criando um comitê de trabalho específico, com a missão de promover a comunicação integrada e coordenada entre as partes. Esse comitê será responsável por planejar agendas, integrar ações necessárias e garantir uma comunicação eficaz, além de coordenar programas de qualificação voltados para as necessidades do mercado de trabalho.

PARTES ENVOLVIDAS

- FIEC
- CIPP S.A.
- Prefeitura de São Gonçalo do Amarante
- Prefeitura de Caucaia
- Governo do Estado
- Aecipp

PRAZO: Imediato a curto, e de forma permanente.

D5.2 – Aperfeiçoar os Programas de Formação e Qualificação ofertados

Realizar o mapeamento das necessidades de curto e médio prazo das empresas, a fim de disponibilizar mão de obra qualificada que esteja alinhada às demandas identificadas. Esse mapeamento permitirá uma compreensão detalhada das necessidades específicas de mão de obra em diferentes setores, facilitando a formação de profissionais capacitados para atender a essas exigências de forma precisa e eficiente.

PARTES ENVOLVIDAS

- IEL
- Instituições de Ensino
- Aecipp (Coordenação inicial)
- Prefeitura de SGA
- Prefeitura de Caucaia

PRAZO: Imediato

D5.3 – Criar oportunidades de Qualificação e Estágios

Estabelecer agentes de integração entre empresas e comunidades, com o objetivo de facilitar oportunidades de qualificação profissional e estágios. Esses agentes atuarão como intermediários, conectando as empresas às comunidades e colaborando na criação de programas alinhados às demandas. A iniciativa permitirá que os profissionais locais adquiram experiência prática e aumentem sua empregabilidade, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social da região.

PARTES ENVOLVIDAS

- IEL
- Instituições de Ensino
- Aecipp
- Prefeitura de SGA (Coordenação Inicial: Anderson Veras)
- Prefeitura de Caucaia

PRAZO: janeiro de 2025 – Acompanhamento de 3 meses.

D5.4 – Criar Canal Unificado para troca de informações entre as partes sobre Mão de Obra no território.

Criação de um canal de comunicação unificado, com temas e agenda bem definida, para garantir a troca eficiente de informações entre todos os envolvidos. Esse canal servirá como um ponto centralizado de suporte que permita discutir questões relevantes. Além disso, o canal unificado facilitará a integração entre as partes, promovendo uma comunicação fluida, transparente e eficaz, fundamental para a coordenação de ações conjuntas e a implementação bem-sucedida de projetos e iniciativas.

PARTES ENVOLVIDAS

- Prefeitura de São Gonçalo do Amarante (Coordenação Inicial: Anderson Soares)
- Prefeitura de Caucaia
- Governo do Estado
- Aecipp (articular)
- Instituições de ensino

- SINE/IDT
- CIPP/AS
- Empresas

(*)O sistema FIEC se fará representado por suas instâncias.

PRAZO: Imediato

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES NA OFICINA DESAFIO 5

- Aecipp
- ArcelorMittal Pecém
- Conexão SGA
- Conselho Comunitário
- CVTEC – Centec
- CVTEC SGA
- Fortescue
- IFCE Pecém
- Prefeitura de Caucaia
- Prefeitura SGA
- SDES SGA
- Secitece
- SENAI – FIEC
- UNOPAR

DESAFIO 6

Desenvolver e implementar plano de ações ambientais estratégicas integradas que promovam a sinergia entre os diferentes entes (empresas, comunidade e poder público) para atingir a sustentabilidade no CIPP.





CONTEXTO

O Complexo do Pecém impulsiona o desenvolvimento econômico e industrial da região, no entanto, o crescimento e as operações industriais no CIPP trazem consigo desafios ambientais que precisam ser abordados de maneira integrada e sustentável. O CIPP enfrenta questões relacionadas à poluição atmosférica, desmatamento, crimes ambientais e a necessidade de melhorias em saneamento básico.

Por outro lado, o CIPP apresenta oportunidades estratégicas, especialmente no desenvolvimento de energias renováveis como solar e eólica, e na produção de hidrogênio de baixo carbono. Estas iniciativas não só alinham o complexo com metas globais de sustentabilidade, mas também posicionam a região como um polo de inovação verde.

Concomitantemente ao processo de elaboração do documento da visão compartilhada do CIPP foi elaborado o segundo produto do Plano Mestre Urbanístico, abordando o Diagnóstico Ambiental. Esse documento apresenta uma caracterização geral do ambiente, como temperatura, solos, recursos hídricos, relevo e áreas protegidas. Ademais, aponta os impactos ambientais identificados a partir das ocupações e atividades industriais, reforçando os impactos identificados pelos diferentes setores no documento da visão compartilhada.

Neste contexto, o desafio dos aspectos ambientais é desenvolver e implementar um plano de ações ambientais estratégicas integradas, promovendo a sinergia entre empresas, comunidade e poder público. A colaboração entre os diferentes atores envolvidos é fundamental para transformar os desafios ambientais em oportunidades de desenvolvimento sustentável e assegurar a sustentabilidade a longo prazo das operações do CIPP, protegendo o meio ambiente e promovendo o bem-estar das comunidades locais.

PROPOSIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO DESAFIO

A oficina sobre o **Desafio 6 -Desenvolver e implementar plano de ações ambientais estratégicas integradas que promovam a sinergia entre os diferentes entes (empresas, comunidade e poder público) para atingir a sustentabilidade no CIPP**, contou com a participação de 24 (vinte e quatro) representantes de 18 (dezoito) instituições. Ao longo da reunião, os participantes

identificaram as principais dificuldades a serem superadas para o enfrentamento do desafio.

Dificuldades Consideradas

A primeira grande dificuldade é a falta de integração entre os diversos atores envolvidos, como empresas, CIPP, órgãos públicos e comunidades. Essa falta de sinergia dificulta o planejamento e o atendimento das necessidades e demandas dos entes envolvidos.

Outro desafio significativo é a falta de um planejamento estratégico integrado. A ausência de objetivos claros, prazos definidos e indicadores de desempenho impedem o acompanhamento do progresso e a avaliação dos resultados. Além disso, a falta de integração entre os diferentes planos e a ausência de uma visão de longo prazo dificultam a tomada de decisões estratégicas.

A precária comunicação e coordenação entre os diferentes atores envolvidos também é apontada como uma dificuldade. A ausência de canais de comunicação eficazes e de um diálogo contínuo entre as partes impedem a construção de um entendimento comum sobre os objetivos e as ações a serem implementadas.

Além disso, o pouco interesse político, ausência de uma legislação clara e precisa e a obtenção e alocação de recursos financeiros também são considerados obstáculos.

Diretrizes Estratégicas

As diretrizes estratégicas para que o desafio seja superado estão pautadas nas seguintes ações:

- elaborar plano de ação elaborado com escopo claro, objetivos mensuráveis e metas bem definidas;
- captar recursos para implementação das ações previstas no plano;
- aperfeiçoar a comunicação, envolvendo e nivelando todas as partes interessadas;
- desenvolver sistema de informação ambiental com monitoramento das ações em tempo real;
- implementar modelo de governança transparente e participativo.

AÇÕES PROPOSTAS

D6.1 – Elaborar Termo de Referência para elaboração do Plano Ambiental Integrado

PARTES ENVOLVIDAS

Unidade Gestora do CIPP

PRAZO: Curto

D6.2 – Elaborar Estratégia para captação de Recursos

Elaborar um Plano de Investimento que contemple:

- prospecção de captação de recursos (mapear financiadores);
- monitoramento e Avaliação;
- sustentabilidade (Governança, Social e Ambiental);
- impacto.

PARTES ENVOLVIDAS

Unidade Gestora do CIPP

PRAZO:

- levantamento das necessidades (Curto Prazo);
- elaborar projetos e TR's (Médio Prazo);
- prospectar financiadores e Captação de recursos (R\$). (Longo Prazo)

D6.3 – Criar o Núcleo Gestor do Plano

Criação de um Grupo Gestor do Plano que possa promover o sistema integrado de informações ambientais do CIPP.

PARTES ENVOLVIDAS

Unidade Gestora do CIPP com participantes a definir.

Criação de um núcleo gestor do sistema de informação ambiental formado por representantes dos municípios, Semace, Sema e Ibama, sugerindo que a coordenação geral seja realizada pela CIPP S.A.

PRAZO: Curto Prazo.

D6.4 – Implantar um Sistema de Informações Ambientais

Criar um sistema de informações ambientais digital integral, composto por:

- zoneamento da área;
- bases de informações geográficas (cartográficas, geoprocessamento, recursos hídricos, áreas ambientalmente sensíveis etc.);
- monitoramentos ambientais;
- estudos ambientais (EIA/RIMA e demais estudos) – licenças;
- histórico de dados anteriores à criação do sistema.

Reunião das informações ambientais, enviadas pelas empresas do CIPP e demais órgãos ambientais intervenientes em uma base geral, que será coordenada por um núcleo gestor pelos diversos órgãos licenciadores e fiscalizadores (municípios, Semace, Sema e Ibama);

- tratar e compilar as informações recebidas pelo núcleo gestor para disponibilizar ao público geral.

PARTES ENVOLVIDAS

Criação de um núcleo gestor do sistema de informação ambiental formado por representantes dos municípios, Semace, Sema e Ibama, sugerindo que a coordenação geral seja realizada pela CIPP S.A.

PRAZO: sistema de informação ambiental implementado em até 18 meses após a pactuação.

D6.5 – Criar uma Central de Comunicação do Plano Ambiental

Criar uma central de comunicação do Plano Diretor do CIPP que possibilite:

- criação de uma plataforma digital com as informações atualizadas de todos os entes envolvidos;
- credenciamento de canais de informações ambientais;

- capacitação dos interlocutores;
- fortalecimento dos canais já existentes na região;
- reuniões periódicas online e/ou presencial quando necessário;
- utilização de rádio ou podcast.

PARTES ENVOLVIDAS

- Unidade Gestora do CIPP;
- Canais e setores oficiais de comunicação dos entes envolvidos.

PRAZO: Curto Prazo.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFICINA DESAFIO 6

- Aerys Energy
- Arcelor Mittal Pecem
- Cagece
- CCCipp
- CIPP S.A
- Cogeh
- Comunidade Bolso
- Comunidade Cauipe
- Comunidade Parada
- Conexão SGA
- MRS Ambiental
- SDES SGA
- SEMA
- Semurb SGA
- SINE IDT
- SME SGA
- SRH





DESAFIO 7

Desenvolver atração, fixação, fortalecimento e inovação de Cadeias Produtivas (Bens e serviços).





CONTEXTO

Cadeias produtivas representam o conjunto de etapas que um produto ou serviço percorre, desde a matéria-prima até o consumidor final. Elas envolvem diversos agentes, como fornecedores, fabricantes, distribuidores e varejistas, cada um contribuindo para agregar valor ao produto final. O fortalecimento e a inovação dessas cadeias otimizam processos, aumentam a eficiência e elevam a competitividade das empresas.

Neste contexto, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) desempenha um papel importante para o crescimento econômico dos municípios do entorno e do Estado do Ceará. Sua infraestrutura e operações têm impulsionado significativamente o desenvolvimento das cadeias produtivas, especialmente na prestação de serviços e na exportação de bens. Ao conectar o Estado ao mercado global, o CIPP tem gerado valor econômico e atraído investimentos estratégicos.

Com cerca de 100 empresas, 86 das quais associadas à Aecipp, o CIPP tem gerado mais de 100 mil empregos diretos e indiretos, refletindo sua importância no fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais. O complexo, formado pelo Porto do Pecém, um terminal offshore de classe mundial, e por uma Área Industrial que abriga importantes unidades fabris do nordeste brasileiro, se destaca ainda por ser sede da ZPE Ceará, a primeira Zona de Processamento de Exportação a operar no Brasil, o que potencializa a integração das cadeias produtivas no Estado e amplia as oportunidades de crescimento e inovação para as empresas locais e regionais.

Durante a construção da Visão Compartilhada do CIPP, os participantes do Pacto pelo Pecém identificaram ações necessárias para maximizar o impacto das cadeias produtivas. A adoção de uma abordagem integrada, que envolva a otimização de processos, a criação de políticas públicas de apoio e o fortalecimento de parcerias estratégicas são algumas diretrizes recomendadas. Além disso, investir em tecnologia, incentivar a inovação, reduzir custos logísticos e promover a adoção de uma economia circular também contribuem para aprimorar o desempenho das cadeias produtivas no território.

Identificou-se ainda a necessidade de desenvolver políticas de incentivos que estimulem a competitividade e o desenvolvimento sustentável das empresas da região, criando um ambiente favorável para o crescimento de setores-chave.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de adequação e estruturação do setor de turismo, com foco no uso ordenado, econômico e sustentável do mar. Isso permitirá potencializar as oportunidades de exploração das dinâmicas econômicas das atividades marítimas e costeiras, além de valorizar o potencial desse setor.

Outro ponto recomendado foi a criação de um núcleo operacional estratégico voltado para a transição energética no Ceará, especialmente com a instalação de indústrias sustentáveis, como o projeto H2V. A implantação do Hub de Hidrogênio Verde é necessária para a descarbonização do setor de transporte, da indústria e de diversos setores eletrointensivos, alinhando a região com as tendências globais de sustentabilidade e inovação.

Esses e outros pontos foram discutidos durante a apresentação realizada pela empresa responsável pela elaboração do Plano Mestre Urbanístico do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (PMU/CIPP). Durante a apresentação, foram ressaltados os seguintes pilares estratégicos:

- visão estratégica e sustentável de longo prazo;
- foco na ciência, tecnologia e inovação;
- governança compartilhada;
- capital Institucional.

PROPOSIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO DESAFIO

A Oficina sobre o **DESAFIO 7 – Desenvolver atração, fixação, fortalecimento e inovação de Cadeias Produtivas (bens e serviços)** — realizada no dia 22 de novembro de 2024, com a participação de 13 (treze) pessoas, representando 11 (onze) instituições pactuantes. Durante a oficina, foram identificadas as principais questões a serem abordadas, com base nas dificuldades encontradas ao enfrentar esse desafio.

Dificuldades consideradas

As dificuldades a serem superadas neste desafio exigem uma articulação institucional eficaz, com um mapeamento detalhado das necessidades que permitam a elaboração de um Plano de Trabalho orientado pela atração sustentável de novos negócios. Este plano deve adotar uma visão sistêmica, aproveitando as oportunidades locais de forma integrada e estratégica.

Para tanto, devem ser fortalecidas a articulação e a integração das unidades de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado com outras instituições no Brasil e no exterior, a fim de criar uma rede robusta de inovação que fortaleça as cadeias produtivas locais.

Um dos obstáculos identificados é o baixo engajamento das indústrias do complexo na formulação dessas estratégias, assim como a falta de comunicação eficaz entre os entes envolvidos. Para superá-los, será necessário estabelecer canais de comunicação eficientes e promover a colaboração entre governos, empresas e instituições.

Esses esforços conjuntos fortalecerão as cadeias produtivas locais, impulsionar o desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade do CIPP.

Durante as discussões, os participantes sugeriram diretrizes e medidas específicas para mitigar essas dificuldades e garantir soluções sustentáveis a longo prazo.

Diretrizes Estratégicas

A superação do desafio envolve o aperfeiçoamento e a expansão da comunicação, e a conexão entre os diversos envolvidos. Isso inclui o desenvolvimento de planejamento estratégico das ações, visando integrar e coordenar esforços de forma eficiente. Também se faz necessário estabelecer instâncias colaborativas, como fóruns, comitês, núcleos setoriais ou outras formas de articulação que promovam a colaboração e o alinhamento das partes interessadas.

Essas instâncias devem ser orientadas pelas seguintes diretrizes:

- definir uma liderança sólida, capaz de coordenar as ações planejadas e garantir sua execução eficaz;
- garantir o comprometimento de todos os envolvidos, assegurando o engajamento necessário para o sucesso das iniciativas;
- realizar pesquisa com as empresas, com o objetivo de identificar as principais dificuldades relacionadas a fornecedores e mão de obra, a fim de embasar a criação de estratégias de qualificação;
- criar sinergia dos esforços com o objetivo de gerar alavancagem de volume, favorecendo a fixação de fornecedores e estimulando o desenvolvimento de uma rede local robusta de fornecedores.

AÇÕES PROPOSTAS

D7.1 – Criar uma instância de articulação entre as partes envolvidas no desenvolvimento de cadeias produtivas.

A criação de uma instância de articulação entre os envolvidos nas cadeias produtivas terá o objetivo de promover a integração e fortalecer a colaboração entre atores econômicos, governamentais e sociais. Sua ação contribuirá para alinhar estratégias, fomentar o diálogo contínuo e implementar soluções conjuntas para

superar desafios e impulsionar o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas.

Uma possível alternativa seria a implementação de uma Câmara Técnica Setorial na Adece, responsável por identificar continuamente as necessidades, planejar estrategicamente e monitorar a execução das ações.

A instância a ser criada deverá, entre outras atribuições que poderão surgir no processo:

- elaborar um diagnóstico de potenciais sinergias, analisando os bens e serviços consumidos em diferentes escalas;
- avaliar as cadeias produtivas existentes e identificar as demandas a serem trabalhadas e desenvolvidas;
- mapear as necessidades das indústrias, identificando quais insumos são fornecidos por empresas fora do Estado;
- estabelecer um diálogo contínuo entre as partes envolvidas, visando fortalecer a colaboração;
- criar um programa de capacitação e certificação, focado nas necessidades do território e das empresas, com ênfase na qualidade e no impacto social;
- desenvolver um programa de conscientização, com o objetivo de sensibilizar todos os envolvidos para as oportunidades de melhoria;
- promover a atualização da legislação, a fim de garantir que os processos estejam alinhados com as necessidades e as inovações do setor.

PARTES ENVOLVIDAS

- Sindenergia
- Sebrae
- SDE
- Aecipp
- Prefeitura de SGA
- Prefeitura de Caucaia
- CCCIPP
- Rede Conexão SGA

PRAZO: Curto.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFICINA DO DESAFIO 7

- Aecipp – Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém
- Alece – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
- ArcelorMittal Pecém – Indústria multinacional de empresas de aço
- Astor BFA IB – Finanças Corporativas
- CCCIPP – Conselho Comunitário CIPP
- Prefeitura de São Gonçalo do Amarante
- Prefeitura Municipal de Caucaia
- Rede Conexão SGA
- SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- Sindienergia – Sindicato das Indústrias de Energia e de Serviços do Setor Elétrico do Estado do Ceará
- Urbi Consultores S/S Ltda

 **pecem**
COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUARIO

 **zpe**
ceará





PROPOSTA PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DO PACTO PELO PECÉM





PROPOSTA PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DO PACTO PELO PECÉM

Governança é um termo que se utiliza para ampliar o sentido da gestão pública de determinada política ou ação governamental quando se reconhece que apenas um sistema de gerenciamento não é suficiente para o alcance de seus objetivos, mas que é necessário articular-se com outros atores não estatais envolvidos na problemática e no seu enfrentamento.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém tem a sua gestão sob responsabilidade da CIPP S.A. uma empresa mista que faz o gerenciamento das atividades portuárias e da área delimitada para o desenvolvimento das atividades industriais. Esta área, declarada de interesse público, está assentada em território de dois municípios – Caucaia e São Gonçalo do Amarante – onde diversas comunidades estão localizadas no entorno do empreendimento. Nele, dezenas de empresas se encontram em operação, a grande maioria delas organizadas em uma associação empresarial: a Associação das Empresas do CIPP – Aecipp.

A interação entre as empresas, as comunidades, as prefeituras municipais, as organizações da sociedade civil que atuam na área (a exemplo de sindicatos de trabalhadores, ONG, instituições de ensino e pesquisa) torna-se condição necessária para alcançar os objetivos comuns entre estes setores, cuja finalidade comum é a de que o empreendimento possa favorecer o desenvolvimento sustentável para todos eles.

A boa governança prescinde de um sistema gestor institucionalizado, garantido pela sua regulação legal, que possua uma unidade gestora com capacidades para desempenhar as ações e atividades definidas como estratégicas para o alcance dessa finalidade. Essa estrutura deve possuir capacidade técnica e financeira para executar os instrumentos de gestão necessários, promover a permanente articulação interna entre os setores envolvidos e comunicar-se com eficiência com a sociedade.

Na governança pública o Estado assume o papel coordenador devido a sua legitimidade na articulação de suas instâncias internas com as demais esferas de governo e com a sociedade, entretanto, não cabe ao Estado a execução de todas as ações necessárias, cabe-lhe coordenar as articulações, incentivar e apoiar a forma-

ção de redes de cooperação, dar transparência às ações dentre outras atividades inerentes à democracia.

Ao longo dos meses em que se realizaram as diversas fases e etapas de atualização da Agenda Estratégica para o CIPP, esse processo foi apoiado pela definição de uma estrutura de gestão provisória do Pacto pelo Pecém, formada por um Conselho Gestor Provisório e uma Unidade Gestora Provisória.

O Conselho Gestor Provisório foi composto pelas representações da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Governo do Estado do Ceará, Associação das Empresas do CIPP, Prefeitura Municipal de Caucaia, Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante e CIPP S.A., que vem também atuando na Coordenação do Pacto pelo Pecém.

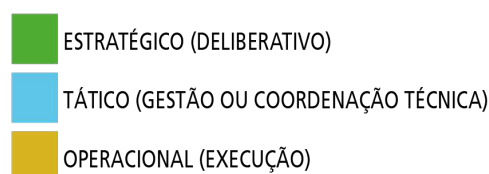
As instituições membros do Conselho disponibilizaram um corpo de profissionais para compor uma Unidade Gestora Provisória, também coordenada pela CIPP S.A, que elaborou um Plano de Ações Imediatas, submetido ao Conselho Gestor e por ele aprovado, contendo nove ações a serem implementadas no seu primeiro ano, dentre elas a atualização da Agenda Estratégica do CIPP.

Foi deliberado também que a atualização da Agenda Estratégica deveria construir um sistema de governança definitivo que venha a possibilitar a manutenção permanente da articulação entre as diversas partes componentes do Pacto pelo Pecém, assim como a execução de um plano de ações para o enfrentamento dos desafios colocados frente ao desenvolvimento sustentável do CIPP.

Durante as três fases de atualização da Agenda Estratégica do Pacto pelo Pecém, mais de setenta organizações públicas e privadas contribuíram nessa proposição, construindo uma visão compartilhada sobre os diferentes aspectos que interagem no Complexo, identificando os desafios que precisam ser enfrentados para que o CIPP promova o desenvolvimento sustentável do seu território, planejando ações conjuntas entre as partes engajadas e, finalmente, sugerindo qual a estrutura necessária para que a boa governança se desenvolva no CIPP.

O desenho de governança aqui proposto foi construído a partir do modelo já em execução, acrescido das necessidades identificadas ao longo da sua elaboração. Nele se propõem as principais atribuições necessárias para permitir que, sob a coordenação da legitimidade governamental, se possa potencializar a participação de todas as partes.

MODELO DE GOVERNANÇA DO PACTO PELO PECÉM



O SISTEMA DE GESTÃO DO PACTO

O Pacto pelo Pecém deverá manter o sistema de gestão inicialmente proposto, estruturado a partir de um Conselho Gestor que, por sua vez, será apoiado por uma Unidade Gestora, cujas atribuições, composições e necessidades de institucionalização estão descritas a seguir.

1 – CONSELHO GESTOR DO PACTO PELO PECÉM

É um órgão de caráter deliberativo, a ser instituído por ato legal do Governador do Estado do Ceará, que determinará a sua composição, atribuições e a criação de sua Unidade Gestora.

Sua finalidade será a garantia da sustentabilidade e continuidade da governança necessária para assegurar o desenvolvimento sustentável do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Na instituição de suas atribuições estar inclusas:

- articular e integrar as instituições e organizações empresariais e da sociedade de modo a garantir o desenvolvimento das ações propostas pela Agenda Estratégica do Pecém e outras que por acaso venham a ser incorporadas nas suas discussões;
- aprovar a Agenda Estratégica do Pacto pelo Pecém e suas atualizações, assegurando à Unidade Gestora as condições adequadas à sua implementação;

- discutir e deliberar sobre assuntos estratégicos relacionados ao Pacto pelo Pecém.

Sua composição deverá manter a proposição inicial do Conselho Gestor Provisório:

- Governo do Estado do Ceará
- Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
- Associação das Empresas do CIPP
- Prefeitura Municipal de Caucaia
- Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante
- CIPP S.A

Na nova composição deverá ser incluída uma representação da Sociedade Civil considerando as diferentes formas de organização social (organizações comunitárias, sindicatos, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, entre outras), cuja escolha poderá ser feita por meio de processo eleitoral aberto por meio de edital público que permita escolher a representação da sociedade.

Este processo deverá ter seus procedimentos detalhados e aprovados pelo atual Conselho Gestor, considerando aspectos como periodicidade de mandato, rodízio entre as representações e outros.

2 – UNIDADE GESTORA

A Unidade Gestora do Pacto pelo Pecém deverá ser a unidade executiva composta por profissionais técnicos com perfis voltados para o atendimento das atribuições propostas. Sua criação deverá ser de responsabilidade do Conselho Gestor, conforme alguns critérios aqui preestabelecidos.

Terá seu plano anual de trabalho submetido à aprovação do Conselho Gestor.

Deverá possuir estrutura mínima, bem como recursos financeiros que permitam sua operacionalização.

Poderá estar alocada na própria estrutura da CIPP S.A., que, para isso, poderá criar na sua estrutura uma Diretoria específica com as competências e recursos necessários. Sobre a alocação institucional será necessário aprofundar a questão de modo a permitir identificar o locus mais adequado para a estruturação dessa unidade de apoio.

Outra alocação a ser considerada será na Casa Civil do Governo do Estado, reconhecendo a legitimidade que possui este órgão para a necessária articulação e integração entre as instituições governamentais, estaduais e federais, e as organizações da sociedade.

Caberá a Unidade Gestora do Pacto pelo Pecém, ser a responsável para:

- gerir os assuntos externos do Complexo Industrial e Portuário, identificados nos diferentes desafios, gerenciar as informações pertinentes a área (ambientais, fundiárias, legais, infraestrutura, novos empreendimentos, demandas sociais, empregabilidade, capacitação, cadeia produtiva, entre outros);
- contribuir para a elaboração de estudos, planos e projetos;
- dar suporte às diversas instâncias de articulação a serem criadas entre as partes e;
- promover a comunicação com a sociedade do território.

2.1. ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE GESTORA DO PACTO PELO PECÉM

Coordenar as instâncias de articulação entre as partes e gerir os instrumentos de gestão propostos na Agenda Estratégica.

A Unidade Gestora deverá acompanhar e dar suporte às diversas instâncias de articulação internas sugeridas nas estratégias de enfrentamento aos desafios.

Para isso, deverá disponibilizar uma Secretaria para manter permanente articulação com todas as coordenações de grupos de trabalho, comissões, fóruns e outras, dando suporte por meio da disponibilização de informações, produção de relatórios e encontros periódicos de integração entre as partes, de modo a possibilitar a permanente interação entre as diversas instâncias propostas.

Esta Secretaria deverá funcionar ainda como elo entre os setores de gestão da informação e de comunicação, na articulação das partes para a produção de informação e identificação das necessidades de comunicação.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: Caberá a Unidade Gestora criar uma plataforma que permita sistematizar e disponibilizar os dados e informações necessários para dar suporte ao enfrentamento dos desafios propostos, particularmente as informações relacionadas ao andamento da implantação dos empreendimentos prioritários, aos dados socioambientais e os relacionados à formação de mão de obra. Para tanto, terá o apoio das instâncias de articulação que deverão contribuir com a alimentação dos dados e informações produzidos pelas suas instituições.

EXECUÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS: Caberá ainda a Unidade Gestora coordenar e executar, quando for o caso, a elaboração de diagnósticos setoriais e planos propostos em cada um dos desafios, que terão a participação das partes envolvidas durante a formulação da Agenda Estratégica e outras que forem sendo articuladas.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: Será também da competência da Unidade Gestora realizar o Monitoramento e a Avaliação dos Planos conjuntamente com as partes.

Para tanto, deverão ser definidos os recursos para financiar a contratação e gestão da plataforma de informação e a elaboração dos instrumentos de planejamento.

COMUNICAÇÃO INTERNA E COM A SOCIEDADE: A Unidade Gestora deverá estruturar um setor dedicado à Comunicação entre as partes e com a Sociedade e criar um comitê (ou outra instância) multissetorial para gerir a comunicação entre o CIPP e a sociedade.

No desempenho dessa tarefa deverá buscar envolver os setores de comunicação de todas as partes envolvidas de modo a aproveitar as estruturas já existentes, tanto institucionais quanto privadas.

Para isso, deverá ser apoiada com recursos que permita se utilizar dos diferentes canais e mídias apropriadas, bem como recursos humanos.



ANEXOS





PARTES ENVOLVIDAS	AÇÕES
Aecipp	• Constituição de um comitê de acompanhamento permanente do Plano. • Compatibilização do Plano Mestre Urbanístico do CIPP com os Planos e Programas Municipais de mobilidade. • Ampliação do Fórum de Segurança do CIPP. • Elaboração Diagnóstico da Situação da Educação no Território. • Instituição de Instância de Articulação da Assistência Social no Território. • Elaboração de Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra. • Aperfeiçoamento dos Programas de Formação e Qualificação ofertados. • Criação de oportunidades de Qualificação e Estágios. • Criação de Canal Unificado para troca de informações entre as partes. • Criação de uma instância de articulação entre as partes.
Ambiental CE	• Instituição de um Fórum Permanente de Saneamento.
Cagece	• Instituição de um Fórum Permanente de Saneamento.
CCCipp	• Definição de Estratégias e procedimentos para a segurança no tráfego da região. • Elaboração de Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra. • Criação de uma instância de articulação entre as partes.
Centec	• Elaboração de Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra.
CIPP S.A.	• Constituição de um comitê de acompanhamento permanente do Plano. • Compatibilização do Plano Mestre Urbanístico do CIPP com os Planos e Programas Municipais de mobilidade. • Elaboração de Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra. • Criação de Canal Unificado para troca de informações entre as partes sobre mão de obra.

PARTES ENVOLVIDAS
AÇÕES
Comunidade

- Constituição de um comitê de acompanhamento permanente do Plano de implantação dos empreendimentos.
- Ampliação do Fórum de Segurança do CIPP.

CVTec

- Elaboração de Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra.

Fiec

- Elaboração de Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra.

Fórum de Responsabilidade Social da Aecipp

- Instância de Articulação da Assistência Social no Território.

Idace

- Criação de Instância de Articulação pela Moradia.

IEL

- Aperfeiçoamento dos Programas de Formação e Qualificação ofertados.
- Criação de oportunidades de Qualificação e Estágios.

Prefeitura de SGA

- Elaboração de Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra.
- Aperfeiçoamento dos Programas de Formação e Qualificação ofertados.
- Criação de oportunidades de Qualificação e Estágios.
- Criação de uma instância de articulação entre as partes.

Prefeitura de Caucaia

- Criação de Instância de Articulação pela Moradia.
- Elaboração de Planejamento intersetorial voltado para a formação de mão de obra.
- Aperfeiçoamento dos Programas de Formação e Qualificação ofertados.
- Criação de oportunidades de Qualificação e Estágios.
- Criação de Canal Unificado para troca de informações entre as partes.
- Implantação de um Sistema de Informações Ambientais.
- Criação de uma instância de articulação entre as partes.

PARTES ENVOLVIDAS	AÇÕES
Rede Conexão SGA	• Criação de uma instância de articulação entre as partes.
SCidades	• Criação de Instância de Articulação pela Moradia. • Instituição de Fórum Permanente de Saneamento.
SDE CE	• Constituição de um comitê de acompanhamento permanente do Plano. • Criação de uma instância de articulação entre as partes.
SDES SGA	• Compatibilização do Plano Mestre Urbanístico do CIPP com os Planos e Programas Municipais de mobilidade. • Definição de Estratégias e procedimentos para a segurança no tráfego da região. • Constituição de um comitê de acompanhamento permanente do Plano.
Sebrae	• Criação de uma instância de articulação entre as partes envolvidas na atração e desenvolvimento de cadeias produtivas.
Secretaria de Esportes SGA	• Criação de Conselho de Esporte em SGA.
Sebrae	• Criação de uma instância de articulação entre as partes envolvidas na atração e desenvolvimento de cadeias produtivas.
Secretarias Municipais de Assistência Social de Caucaia e SGA	• Instância de Articulação da Assistência Social no Território.
Secretarias Municipais de Desenvolvimento	• Constituição de um comitê de acompanhamento permanente do Plano.
Secretarias Municipais de Educação de Caucaia e SGA	• Elaboração de Diagnóstico da Situação da Educação no Território.

PARTES ENVOLVIDAS
AÇÕES

Secretarias Municipais de Saúde de Caucaia e SGA

- Elaboração de Diagnóstico da Situação da Saúde no Território.

Seduc CE

- Elaboração de Diagnóstico da Situação da Educação no Território.

Seinfra SGA

- Instituição de Fórum Permanente de Saneamento.

SeJu SGA

- Criação de Conselho de Esporte em SGA.

Sema

- Instituição de Fórum Permanente de Saneamento.
- Implantação de um Sistema de Informações Ambientais.

Semace

- Implantação de um Sistema de Informações Ambientais.

SESA CE

- Elaboração de Diagnóstico da Situação da Saúde no Território.

Sindienergia

- Criação de uma instância de articulação entre as partes envolvidas na atração e desenvolvimento de cadeias produtivas.

Sine/IDT

- Criação de Canal Unificado para troca de informações entre as partes sobre mão de obra.

SPS

- Criação de Instância de Articulação pela Moradia.

SSPDS CE

- Ampliação do Fórum de Segurança do CIPP.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NO ENCONTRO DAS PARTES E OFICINAS

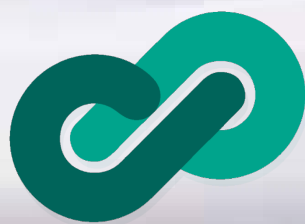
PARTICIPANTE	REPRESENTAÇÃO	E P	O F 1	O F 2	O F 3	O F 4	O F 5	O F 6	O F 7	O F 8
Abigail Lino de Araujo Arruda	Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE									
Abilio do Carmo	Conexão SGA									
Abraão Freires Saraiva Júnior	Universidade Federal do Ceará									
Adahil Pereira de Sena	Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH									
Ailton Silva Oliveira	Sesporte CE									
Alexander de Souza Laranjeira	Urbi Consultores									
Alexandre Autran	CIPP									
Alexandre Ferreira da Costa	Comunidade Cauipe									
Alfredo Serejo	Seinfra CE									
Aline Parente Oliveira	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima									
Amauri Furtado Leitão	Sindiagua CE									
Ana Magnólia de Castro Marques alves	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante									
Ana Paula Viana de oliveira	IDT									
Ana Soares de Abreu	ACESGA									
Anderson Soares Marinho	SDES SGA									
Anderson Veras	Secretaria de Articulação Política SGA									
Anna Dayse Garcia de Sousa Brito	Sebrae									
Antônio Carlos S. Brito	Secretaria de Educação SGA									
Antônio Darlan Silva Sales	Seduc CE									
Antônio Gleison dos S.Silva	Comunidade de Primavera									
Antônio Rogerio Coelho	Sebrae									
Ariadne Ferreira Gomes	Semurb									
Berthyer Peixoto Lima	Cogerh									
Bosco Moraes	Geoplan									
Carlos Alberto Nunes Filho	Tecer Terminais									
Carlos André Paz Barbosa	Papel Pã Notícias									
Carlos Henrique Melo Junior	Receita Federal									
Caroline Lima Tavares	MRS Ambiental									
Celio Fernando	Astor BFA IB									
Cinthyia Oliveira	Fortescue									
Cleison Mendes Andrade	Secretaria de Cultura SGA									
Cynthia Studart Albuquerque	SPS CE									
Cyro Regis Castelo Vieira	Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará - SEINFRA-CE									
David da Silva Pizol	Seplam Caucaia									
Demontię Moreira	Secretaria Municipal de Segurança Pública									
Deuzimar Arruda	Sindicato SETTAPORT									
Eduardo de Freitas Gonçalves	Cagece									
Elpídio José Borges Câmara	Seinfra									

PARTICIPANTE	REPRESENTAÇÃO	E P	O F 1	O F 2	O F 3	O F 4	O F 5	O F 6	O F 7	O F 8
Emanuela Sousa de França	Arcelor Mittal									
Erika Martins Moreira	Aecipp									
Erisberg Silva Albuquerque	Cagece									
Ernâni Fontenele	Grupo Canol									
Eulizandro Barbosa Costa	ArcelorMittal Pecem									
Felipe Rocha	Sesi/Senai									
Felipe Rodrigues Torres	Astor BFA IB									
Fernanda Kize de Sousa Uchôa	Aço Cearense Industrial Ltda.									
Fernanda Rodrigues Pereira	ArcelorMittal Pecém									
Fernando Deodoro	SDST Caucaia									
Flávia Vasconcelos Diógenes	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará- Alece									
Francisca Daviane Costa	AMACC									
Francisco Willame Silva Amaral Junior	CIPP									
George Braga	Aecipp									
Geraldo Alves de Sales	Sindicato dos Eletricitários do Ceará - Sindeletro									
Gilberto Uchoa	Secretaria de Assistência Social SGA									
Giovanni Reis Pessoa	Area Leao									
Glauciane Parente Fornari	ArcelorMittal Pecém									
Greyckelly Rodrigues Alves	Secretaria de Assistência Social SGA									
Gustavo Augusto Malta de Santa Cruz Pernambuco	Polícia Civil - DPJM									
Helena Ravelly de Sousa Magalhães	SESA SGA									
Henrique Garcia Ferreira de Souza	Instituto do Meio Ambiente de Caucaia									
Herberson Marques Gomes	Semurb									
Hércules Árizon F. de Sousa	Rede Conexão SGA									
Igor Daniel Rodrigues de Sousa	SEJU SGA									
Iradson Renê Barbosa										
Irineu Rocha dos Santos	Comunidade de Acauan									
Irismar Carlos Monte	SME SGA									
Isaac Apolônio	Secretaria da Cultura do Ceará									
Itamar Tavares de Araujo	CIPP									
Izabel Calado	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho									
Jamilly de Sousa Silva	Secretaria de Saúde SGA									
Jania Keila Lima	CCCipp - comunidade Bolso									
Janio Junior Alcântara Matos	Secretaria de Articulação Política									
Janivaldo Teixeira Ferreira	Associação Empresarial e Comercial de Pecém e Taíba - UNIPECÉM/TAÍBA									
Jarbas Rocha	Secitece									
Jeanete Koch	SEMURB									
João Alves Viana Filho	Sindagua CE									
João Luzardo de Oliveira	Comunidade de Lagoa das Cobras									
Joao Roberto da Tenda Vieira	ArcelorMittal Pecém									

PARTICIPANTE	REPRESENTAÇÃO	E P	O F 1	O F 2	O F 3	O F 4	O F 5	O F 6	O F 7	O F G
Joaquim da Silva Marques Neto	Secretaria municipal de educação do município de Caucaia									
Joaquim Firmino Filho	Seinfra									
José Deuzimar Pereira Arruda	Settaport									
José Gilson P. dos Santos	Cagece									
José Kilderlan Nascimento de Sousa	PMCE									
José Ricardo Araujo Lima	CIPP S.A.Liana Maria									
José Sérgio Fontenele de Azevedo	SOP									
Joselina Maria Lima da Silva	Comunidade Baixa das Carnaubas									
Juliana Oliveira Silva	CVTEC- São Gonçalo do Amarante									
Juliana Rabelo	BFA Assessoria									
Karlos Emanuel	Prefeitura SGA									
Laiane Silveira Lima	Scidades									
Laiz Hérica	Sindienergia/ HL Soluções Ambientais									
Larissa Kallel	CIPP									
Leonardo Velozo	ArcelorMittal Pecém									
Lia Aragão Fragoso	Alece									
Liana Maria Rocha Teles	Secretaria de Saúde SGA									
Liduina de Moraes Arcanjo	Comunidade de Siupé									
Liliana Grilo de Almeida	Sindeleto									
Lucilia Lapo Batista	Associação Pecem eu Te Amo -ASSPA									
Luís Cássio de Melo Castro	Tribunal de Contas do Estado do Ceará									
Magnolia de Sousa Rocha	SDES SGA									
Manassés Pereira da Rocha	ArcelorMittal									
Manoel Paiva Magalhaes Filho	Secretaria de Assistencia Social SGA									
Marcel Oliveira Albuquerque	Tribunal de Contas do Estado do Ceará									
Marcelo Santos	SDE									
Marcos Antonio Lopes	SDST Caucaia									
Maria Amelia Souza Menezes	Geoplan									
Maria da Conceição de lima	Conexão Sga									
Maria ideneida Lima de Sousa	CCC									
Mario Holanda	PHOENIX									
Márjorie Guimaraes	Tecer Terminais									
Marlen Maria Araujo Crisóstomo	Comunidade de Parada - SGA									
Matheus Figueiredo dnjm e Araujo	Polícia Civil - DPJM									
Mauricio Cabrera Baca	ADECE									
Miguel Neto Brasileiro	Comunidade de Matões									
Milena Soares Ferreira	SESA SGA									
Natasha Assumpção	CIPP									
Nathalie Costa Milhome	SESA CE									
Nilson Lima de Oliveira	Aço Cearense Industrial Ltda.									
Oscar Aristizabal	CIPP									

PARTICIPANTE	REPRESENTAÇÃO	E P	O F 1	O F 2	O F 3	O F 4	O F 5	O F 6	O F 7	O F 8
Patricia Colaferro	Arcellor Mittal									
Paulo Henrique M. Lobo	Idace									
Pedro Thiago Moreira Cabral	Astor									
Raí José Duarte da Silva	Comunidade de Catuana									
Raiane Demagro										
Raul Neves	Cagece									
Renato Terroso Lopes	Receita Federal do Brasil									
Robert Ronney	Semurb									
Roberto A. Araripe	CIPP									
Rochelli Lima Compezani	SDES SGA									
Roni Cunha	SDES									
Sabrina Lemos Moura Moreira	Fortescue									
Sandrine Mont'alverne	Aecipp									
Semíramis Tavares Pereira	Aeris Energy									
Sergio Rhuan Andrade Pessoa	REDE ConexãoSGA / Portal Papel Pã Notícias									
Sidarta Cabral	Somos Um									
Socorro Letícia F. Peixoto	Alece									
Suelen Batista Coelho	Urbi Consultores									
Tales Matos	Sefin SGA									
Tarcisio Bastos	SESI									
Thiago Batista	ArcelorMittal Pecém									
Ulisses Costa de Oliveira	Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace									
Veridiana Sales Pinho Aragão	SESI									
Vicente de Paula Blum de Oliveira	Instituto Centro de Ensino Tecnológico-CENTEC									
Virginia Adélia Rodrigues Carvalho	Semace									
Vitória Elen Ferreira Sá	URBI									
Waldemar Augusto Pereira	Scidades									
Yuri Vasconcelos de Araujo	Semurb SGA									





Pacto
pelo Pecém

